NOTÍCIAS CNTV VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 02/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1689| 2017

‘Políticos donos de empresas de segurança tentam aprovar PL em benefício próprio’

José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, diz que Estatuto da Segurança Privada se “desconfigurou” com emendas apresentadas por parlamentares

O Projeto de Lei (PL) 4.238/12, conhecido como Estatuto da Segurança Privada, em tramitação no Senado, recebeu emendas de parlamentares, donos de empresas de vigilância envolvidas na crise em presídios do Amazonas e Ceará, para benefício próprio. É a denúncia de José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e membro do Comitê Diretivo da UNI, em entrevista à Rádio Brasil Atual.

“Esses políticos vendem prestação de serviço de forma muito precária e querem estabelecer regras para facilitar esse tipo de atuação”, afirma o sindicalista.

Boaventura também contesta o texto atual do projeto, que recebeu diversas emendas e perdeu a principal característica que tinha ao ser apresentado. “O PL, que no início estabelecia o piso salarial nacional para os vigilantes, foi desconfigurado e recebeu emendas extremamente prejudiciais aos trabalhadores e à sociedade”, afirma.

Leia trecho da entrevista:

O projeto de lei não era para proteger a categoria apenas?

O PL só tinha o objetivo de estabelecer um piso nacional para os vigilantes, em 2010. Aprovado no Senado, a peça chegou na Câmara e os deputados aproveitaram para fazer um substitutivo, então desconfiguraram o projeto.

O que você acha das modificações?

Elas têm aspectos necessários, como a legalização da segurança privada em eventos e criar outras atuações para o vigilante. Entretanto, parlamentares aproveitaram

para apresentar algumas emendas que são prejudiciais aos trabalhadores e à sociedade.

No lado negativo aos trabalhadores, por exemplo, eles mexem na lei de greve, alteram o intervalo entre as jornadas de trabalho. Para a sociedade, há prejuízo ao dizer que, em cidades com menos de 500 mil habitantes, não são necessários alguns equipamentos de segurança bancária, como se não houvesse violência em todos os lugares.

O fundamental também para a gente é que a Polícia Federal reforça o seu papel de fiscalizadora e controladora desse mercado, não só para autorizar empresas como também registrar vigilantes.

Existe a informação de que há um lobby para formar um mercado para empresas (de segurança privada) ligadas a parlamentares. O que você sabe sobre isso?

No final do ano passadoPREVIDÊNCIA SOCIAL, houve uma atuação muito forte de setores ligados à parlamentares no sentido de fazer emendas ligadas ao projeto. São setores que sabemos que estão envolvidos em presídios, que usam as práticas de vender serviços em situação precária. O objetivo desses setores é criar regras para facilitar esse tipo de atuação.

É estranho o projeto que era sobre o piso se transformar nisso que virou?

É uma pena. A sociedade nem sempre é respondida à altura pelos nossos legisladores. Essa lei era precisa para antes da Copa do Mundo, passou até as Olimpíadas e nada.

Fonte: Rede Brasil Atual

Morte de vigilante expõe irregularidades na contratação pela empresa G4S

A morte de um vigilante da empresa G4S Vanguarda que tirava plantão no Bradesco, em Petrópolis, vítima de um Acidente Vascular Cerebral, expôs uma irregularidade preocupante ao Sindicato. A empresa não assinou a carteira do trabalhador que atuava no posto há oito meses.

Infelizmente, o Sindicato só descobriu o descumprimento da CLT no momento que precisou acionar o Benefício Social Familiar (BSF) para dar a assistência funeral à família do vigilante. O benefício não é extensivo a empregados sem CTPS, já que empresa não desconta a contribuição conforme consta na Convenção Coletiva. No entanto, após intervenção do Sindicato, o BSF acolheu o pedido da direção e prestou toda assistência aos familiares. O BSF deve cobrar da empresa os custos do funeral.

De acordo com presidente do Sindicato, Adriano Linhares, o sindicato vai colocar o departamento jurídico da entidade à disposição da família para providências judiciais.

“Neste momento queremos nos solidarizar com as famílias do companheiro vigilante. No entanto, temos que alertar toda categoria para que não se sujeite a trabalhar sem que a carteira seja assinada. Somente através da CTPS os direitos do trabalhador são garantidos. Repudiamos atitudes de empresas que descumprem a legislação brasileira. Quem se encontrar nessa situação deve denunciar ao Sindicato para que possamos tomar as atitudes cabíveis. É inadmissível uma situação dessas e a gente só descobrir na hora da morte de um companheiro. Denuncie!”, afirma Linhares.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

Começam sexta-feira (3) as assembleias para discussão da proposta patronal

Em Porto Alegre, será segunda-feira, pela manhã e à noite

Agora não tem mais como adiar, chegou o momento dos vigilantes mostrarem a sua disposição de lutar por melhores salários. Nesta sexta-feira (03), o Sindivigilantes do Sul realiza assembleias em Camaquã e Santo Ângelo, para que a categoria avalie a última proposta patronal aos sindicatos da campanha salarial unificada, que reúne também os sindicatos de Pelotas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Lajeado, Uruguaiana e Santa do Livramento.

Segunda-feira será a vez dos vigilantes de Porto Alegre terem a sua assembleia, em duas sessões, de manhã e à noite.

Além de um reajuste que contempla apenas a reposição da inflação, os patrões incluíram na sua proposta uma cláusula que nunca foi discutida em nenhuma das reuniões de negociação realizadas até agora: o parcelamento das férias. Estes são os principais itens que a entidade patronal (Sindesp) colocou na mesa e que os vigilantes vão decidir se aceitam ou não:

– Vigilantes: 5,79% de reajuste (INPC + 0,31% de resíduo do ano passado)

– Isto significa: R$ 6,40 por hora e salário de R$ 1.408,00

– ASP: zero de reajuste e incorporação do Risco de Vida ao salário (fim do RV)

– Isto significa: R$ 5,60 por hora e salário de R$ 1.232,00

– Vale Alimentação: R$ 18,30

– Parcelamento das férias em até três vezes.

A direção do sindicato considera essa proposta inaceitável e espera uma grande mobilização dos vigilantes para que a negociação com as empresas possa avançar. “Nós não podemos aceitar zero por cento de reajuste para o ASP e retirada do risco de vida e ainda o parcelamento das férias dos vigilantes”, aponta o presidente do sindicato, Loreni Dias. “Mas quem decide sobre isso, como sempre, é a categoria na assembleia”, completa.

Locais e horários das assembleias

Em Camaquã, a assembleia acontece amanhã, às 19 horas, no Sindicato dos Empregados no Comércio, Rua Cristóvão G. de Andrade, 791, no Centro da cidade. A assembleia de Santo Ângelo começa às 20 horas, no Sindicato dos Bancários, Rua Andradas, 1161.

Na capital, a assembleia vai acontecer segunda-feira, dia 06, às 08 horas em primeira chamada, e 8h30 em segunda chamada. Depois, às 20 horas em primeira chamada, e 20h30 em segunda chamada. O local é a Igreja Luterana, na Rua Senhor dos Passos, 202, no Centro de Porto Alegre.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Origem do capital é irrelevante para empresa ser definida como brasileira

A origem do capital de uma empresa é irrelevante para a definição de uma empresa como brasileira, sendo necessário apenas que ela possua sede no Brasil e esteja sujeita às leis brasileiras. Assim, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça negou pedido da Associação Brasileira das Empresas de Transporte de Valores (ABTV) para suspender decisão do Ministério da Justiça que autorizou a SSE (empresa nacional de capital parcialmente estrangeiro) a adquirir parte da Vanguarda (empresa de segurança patrimonial).

A ABTV alegou que a decisão do ministério havia afrontado a Lei 7.102/83, que proibiu estrangeiros de ter e administrar empresas especializadas em segurança. No entanto, a Advocacia-Geral apontou que a Emenda Constitucional 6 acabou com a diferenciação entre empresas de capital integralmente nacional e empresas que têm capital parcialmente estrangeiro, mas possuem sede no Brasil e se sujeitam às leis brasileiras — com exceção de casos previstos na própria Constituição.

AGU argumentou, ainda, que o objetivo da Lei 7.102/83 nunca foi criar uma reserva de mercado para o empresariado nacional, mas tão somente assegurar que o poder público tivesse mecanismos de controle sobre as atividades de segurança privada. E que, desta forma, não havia qualquer direito líquido e certo do impetrante, que buscava, na realidade proteção para seus associados contra eventual concorrência.

Ao julgar o caso, o ministro relator Herman Benjamin explicou que a interpretação da Lei 7.102/1983 deve ser a de que ele veda apenas que empresas constituídas no exterior atuem no setor de segurança privada. Todavia, complementou o ministro, empresas que sejam constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país são empresas brasileiras, conforme o artigo 1.126 do Código Civil, sendo irrelevante que tenham na sua composição societária, direta ou indiretamente, participação ou controle pelo capital estrangeiro.

Conforme entendimento do ministro, com a revogação explícita do artigo 171 da Constituição pela EC 6/95, caíram as discriminações contra empresas brasileiras fundadas na origem do seu capital, salvo raros casos objeto de tratamento constitucional específico. "A partir desse momento, a lei não mais pode discriminar empresa brasileira de capital nacional de empresa brasileira de capital estrangeiro, ou seja, desde que uma empresa seja brasileira (constituída no Brasil e sujeita às leis brasileiras) a origem do seu capital é irrelevante. A discriminação só seria possível, hoje, nos casos previstos na própria Constituição, como ocorre com as empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, objeto de tratamento especial no artigo 222 da Carta", concluiu.

Voto vencido

A decisão na 1ª Seção se deu por maioria. Restou vencido o ministro Napoleão Nunes Maia Filho, que defendeu a preservação do interesse nacional. De acordo com o ministro, não é possível no caso fazer apenas a interpretação literal do disposto na lei. "Não basta apenas ler a norma. Importa, sobretudo, preservar o interesse nacional, e as empresas nacionais têm condições de desempenhar suas atividades, até em setores mais sofisticados, com extrema competência", afirmou.

O ministro entende que a revogação do artigo 171 da Constituição não significa a abertura indiscriminada da economia brasileira a investimentos estrangeiros. "É correto que venha uma empresa estrangeira, não apenas investir no Brasil, mas controlar empresa que lida com arma, armamento, explosivo, transporte de valores e similares, sem que haja reciprocidade no comércio internacional para as empresas brasileiras?", questionou o ministro.

"Penso", afirmou, "que Brasil está voltando a uma situação de dependência periférica absolutamente incompatível com as potências e as potencialidades de sua economia". "É preciso resguardar a economia brasileira contra esse tipo de invasão", concluiu. Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU.

Fonte: Conjur

Dia Internacional da Mulher terá luta contra reforma da Previdência

Reforma de Temer penaliza ainda mais as mulheres. Violência contra a mulher, igualdade salarial e direito ao aborto também serão temas da mobilização

No próximo 8 de março, Dia Internacional da Mulher, feministas, sindicalistas e movimentos sociais de diversos setores realizam grande ato unificado na Praça da Sé, centro de São Paulo. Na pauta dos movimentos, além das bandeiras históricas, como a luta pelo fim da violência contra a mulher, a igualdade salarial e o direito ao aborto, a resistência contra a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer também deve ganhar destaque.

"Vamos às ruas em forma de protesto, primeiro contra as condições de trabalho, que são péssimas para as mulheres: a nossa dupla jornada, a falta de políticas necessárias para que a gente possa competir em igualdade no mercado de trabalho, os baixos salários – a questão da equidade de remuneração entre homens e mulheres, que não existe em nenhum lugar do mundo", explica a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista, em entrevista à repórter Soraia Fessel, para o Seu Jornal, da TVT.

Com a reforma de Temer, as mulheres podem perder o direito de se aposentar cinco anos antes, conquistado devido à dupla jornada de trabalho. Segundo Juneia, as trabalhadoras rurais devem ser as mais prejudicadas. Antes de se juntarem ao ato unificado, as mulheres da CUT devem fazer protesto em uma das agências do INSS, para simbolizar a luta pelo direito à aposentadoria.

"Junto com essa questão da aposentadoria, da reforma da Previdência, a gente está pautando questões que são históricas do movimento feminista. A luta pelo direito das mulheres de terem uma vida sem violência, a luta pela descriminalização do aborto", detalha Thaís Lapa, integrante da Marcha Mundial das Mulheres.

Na região do ABC, a Marcha Mundial das Mulheres também prepara mobilização para o sábado (11), na Praça Lauro Gomes, em São Bernardo do Campo, a partir das 9h30, com caminhada no centro da cidade e distribuição de material para alertar sobre os efeitos da reforma da Previdência para as mulheres, dentre outros temas.

Fonte: Rede Brasil Atual / TVT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF